

SAÚDE MENTAL, ORGANIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE: O DEBATE CONTEMPORÂNEO¹

Tatiana Moraes Santos²
Nadia Hage Fialho³

INTRODUÇÃO

A atividade docente vem sofrendo uma série de impactos que tanto envolvem a sua imagem como os controles exercidos sobre ela, sem que haja correspondência quanto à melhoria na organização do trabalho ou nas condições de trabalho. Atingido pelas perdas salariais, o professor sente, também, que as reformas educacionais atuais – já amplamente criticadas por especialistas – apontam para um aumento do controle sobre o seu trabalho sem corresponder a um controle pelo aumento da qualidade na Educação, mas, principalmente, ao controle de prazos e pressão por índices de aprovação de alunos.

Autores como Gentilli (1996) e Kruppa (2001), analisando o cenário atual, observam que a maioria das reformas no ensino está em sintonia com tentativas do Estado de se adequar à concepção de produtividade e às alterações no mundo do trabalho, características das reformas neoliberais. É pertinente supor, portanto, que muitas das queixas dos professores em relação à organização e condições de trabalho têm estreita relação com o contexto mais amplo de reformas econômicas e educacionais.

As políticas educacionais, no contexto atual, são resultado de pressões exercidas tanto pelo Banco Mundial, como por outras instituições internacionais para a redefinição do papel do Estado nos setores econômicos e sociais (KRUPPA, 2001). Esse novo perfil do Estado inclui o abandono de antigas funções de providência e a incorporação de novas funções reguladoras, tais como a implantação de políticas de avaliação e regulação dos cursos, o processo de descentralização administrativa e financeira do ensino médio e fundamental, assim como o rígido sistema de controle de recursos orçamentários e de pessoal da Educação Superior.

Segundo Gentili (1996), o neoliberalismo identifica a crise educacional brasileira como uma crise de qualidade, decorrente da improdutividade que caracteriza as práticas pedagógicas e a gestão administrativa da grande maioria dos estabelecimentos escolares, necessitando, neste caso, de que as instituições escolares venham a ser pensadas e avaliadas como se fossem empresas produtivas. Dessa forma, o processo atual de reestruturação educacional compreende a escola como produtora de um tipo específico de mercadoria (o conhecimento, o aluno escolarizado e o currículo) e, como consequência, suas práticas devem estar submetidas aos mesmos critérios de avaliação que se aplicam em toda empresa, ou seja, dinamismo, eficiência e flexibilidade.

As críticas feitas às políticas educacionais (KRUPPA, 2001; GENTILLI, 1996) podem significar novas formas de pressão sobre o professor, uma vez que se exige qualificação e intensificação de trabalho sem que realmente se tenha investido em tempo, qualificação e remuneração adequada para os educadores. Assim, na abordagem da saúde mental do professor deve-se levar em consideração as particularidades do trabalho docente, procurando compreendê-las sempre incluídas no cenário atual de políticas educacionais. Codo e Vasques-Menezes (1999) consideram que o ofício do educador guarda em si muitas especificidades. A extração da mais-valia,

¹Texto elaborado a partir da dissertação “Trabalho noturno docente e saúde mental”, de autoria de Tatiana Moraes Santos, sob orientação da Dra. Nadia Hage Fialho, apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação Educação e Contemporaneidade-PEC/UNEB.

² Mestre em Educação

³ Professora, Doutora, do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

por exemplo, é indireta, diferenciando-o sobremaneira dos outros trabalhadores. Soratto e Olivier-Heckler (1999) apontam outra especificidade: o vínculo afetivo, sem o qual a atividade educacional torna-se impossível. Para estas autoras, esse investimento afetivo diferencia o professor de outras categorias profissionais, especialmente daquelas que envolvem uma rígida divisão das etapas de produção.

As possibilidades do trabalhador de uma fábrica, por exemplo, imprimir sua marca pessoal num produto padronizado é algo impossível, o que não se pode pensar do trabalho docente. O produto do trabalho do professor tampouco é algo mensurável. O trabalho do professor é algo absolutamente dinâmico caracterizado por uma permanente transformação em si e no outro, sem que se possa saber com exatidão, a repercussão do seu trabalho em cada aluno, como cada um apreende e transforma aquilo que lhes foi ensinado. Estudos realizados por Fialho (1983; 1984; 1986; 1987; 1988 e 1996) indicam que o exercício da função docente é um campo de ampla densidade fenomênica, onde atuam inúmeras relações e vínculos afetivos e epistemológicos entre sujeitos e saberes.

Outro dado, decisivo na quase ausência de questionamentos da maioria dos docentes sobre sua condição de trabalho, é o processo de alienação política a que o professor foi exposto ao longo dos anos (COELHO, 1998), situação que revela, de certo modo, a falta de maior participação do professor no que tange às decisões que dizem respeito a sua saúde e trabalho. Situação que tanto afeta ao aluno como afasta o professor dos instrumentos decisórios e centrais que organizam e definem o seu trabalho e, como salienta Carvalho (1995), a profissão docente frequentemente é comparada ao ato missionário ou sacerdócio – o que promove dúvidas quanto à sua própria condição como profissional.

Estudo realizado com 573 professores de 58 escolas da rede particular de ensino de Salvador/Ba (ARAÚJO, 1998) destaca que os aspectos mais relatados pelos professores referiam-se ao processo e organização do trabalho, os quais, inclusive, prevaleciam sobre as condições infra-estruturais. A relação condições de trabalho e queixas de doença, condições associadas estatisticamente, indicaram: salas de aula inadequadas; trabalho repetitivo; exposição à poeira; ambiente intranquilo e estressante; ritmo acelerado de trabalho; desempenho das atividades sem materiais e equipamentos adequados; posição de trabalho incômoda.

A associação entre trabalho repetitivo e queixas de doenças podem ser entendidas como resultado do modelo pedagógico predominante nas escolas particulares, bem como das relações de trabalho estabelecidas, que privilegiam aulas expositivas e, por consequência, formas de avaliação do aluno mais desgastantes. Um ambiente intranquilo e estressante apresenta-se, também, como resultado de: nível de ruído dentro e fora da escola, cobranças para o cumprimento dos prazos, competição entre os professores e ritmo acelerado de trabalho. Confirma-se, então, uma associação estatisticamente significativa entre prevalência de Distúrbios Psíquicos Menores (DPM) e condições específicas de trabalho: trabalho repetitivo; insatisfação no desempenho das atividades; ambiente intranquilo; desgaste nas relações professor-aluno; falta de autonomia no planejamento das atividades; ritmo acelerado de trabalho; pressão da direção; salas inadequadas – ou seja, as características do ambiente de trabalho encontraram-se especificamente relacionadas ao adoecimento psíquico, já que, relacionadas aos problemas gerais de saúde, não se mostraram relevantes.

A síndrome de *burnout* em professores foi investigada por Carvalho (1995), em estudo realizado com 465 professores de 1º e 2º graus das escolas estaduais da Delegacia de Ensino de Moji Mirim, São Paulo, em 1993. Os professores foram distribuídos, em sua maioria, em todas as sub-escalas do M.B.I.⁴, no nível médio, o que significa que apresentaram um grau moderado de *burnout*. Entretanto, encontrou-se 10,54% dos professores no nível alto da sub-escala Exaustão Emocional e 11,4% no nível alto da sub-escala Despersonalização. Para Carvalho (1995), o trabalho

⁴ M.B.I (Maslach Burnout Inventory) é a escala utilizada para mensurar o grau da “Síndrome de Burnout” desenvolvida por Maslach e Jackson (1981 *apud* Carvalho, 1995). O instrumento é composto por quatro sub-escalas: exaustão emocional, realização pessoal, despersonalização e envolvimento. No estudo de Carvalho (1995) foi utilizada para cada sub-escala, as dimensões de intensidade e frequência.

docente é fator de risco para a saúde do professor, especialmente a saúde mental, pois é um fator predisponente para desencadear problemas como a hipertensão, gastrite, problemas de coluna, entre outros.

Cunha (2000), em pesquisa com 20 professores de uma universidade da Bahia, detectou, na categoria problemas de saúde com conseqüências psico-neurais, maior freqüência para estresse (23,3%), cansaço mental (23,3%), nervosismo (20%) e ansiedade (20%), identificando, ainda, como principais fatores: falta de material didático, falta de apoio da instituição e problemas políticos institucionais. Nas condições de trabalho foram apontados o acúmulo e o excesso de atividades, baixos salários, excessiva responsabilidade, correção de tarefas e falta de cursos para capacitação.

Analisando as principais manifestações de morbidade entre professores de dez escolas da rede estadual de ensino da cidade de Uberaba nos anos de 1991 e 1992, Soares Jr. (1994) observou que 75% de professoras apresentaram algum distúrbio biológico ou psíquico, sendo que 87% relacionaram essa alteração ao tempo de serviço e 13% relacionaram a fatores sócio-econômicos e familiares. Dentre as principais alterações encontradas, as alterações psíquicas (depressão e “nervosismo”) foram relatadas por 9,1% dos professores. Segundo os professores, as cargas responsáveis pelas alterações de saúde foram: carência de material didático (47,5%); espaço físico reduzido (37,5%); pausas insuficientes (7,5%); ausência de reciclagem (5,0%) e número excessivo de alunos (2,5%).

O relato das professoras do ensino fundamental de uma escola pública de Montes Claros, Minas Gerais, num estudo sobre as possíveis relações existentes entre o trabalho docente e suas repercussões na saúde das professoras (NORONHA, 2001), compareceram: cansaço físico e mental; esgotamento; dor-de-cabeça; dor nas pernas; nos ombros; na coluna; irritação na garganta; rouquidão; insônia; frustração; angústia e ansiedade, vistos pelas professoras como sendo males comuns à profissão. Para Noronha (2001), as professoras fazem um grande investimento no sentido de realizar o seu trabalho, entretanto, devido às incompatibilidades existentes entre as exigências e as condições reais existentes, elas, nem sempre, se sentem realizadas.

A autora analisou esses aspectos enfocando o contexto das reformas educacionais que ordenaram as mudanças no sistema de ensino e, conseqüentemente, no trabalho docente. Outra dimensão, relativa à organização do trabalho, diz respeito à centralização do planejamento das atividades docentes, o que faz com que as professoras se ressintam do pouco espaço de liberdade na organização de seu trabalho e do planejamento formal prescrito – pois as propostas não condizem com a infra-estrutura deficitária da escola e a falta de recursos materiais para concretizar o que as propostas sugerem, requerendo um esforço muito grande para manter a atenção dos alunos e ministrar aulas satisfatórias. Esse esforço, quando reconhecido, é motivo de satisfação. No entanto, a maioria das vezes, os resultados alcançados dificilmente são reconhecidos e valorizados, tornando o esforço empreendido em mais um motivo de insatisfação e sofrimento.

A associação entre condições de trabalho e de saúde referidas por 267 professores da Universidade Federal da Bahia, estudada por Wernick (2000) utilizando o modelo de KARASEK, revelou 15,73% dos professores com “alta demanda e baixo controle”, 26,6% com “baixa demanda e alto controle” e 29,2% com “alta demanda e alto controle”. A análise entre demanda psicológica de trabalho e controle sobre o trabalho e a ocorrência de distúrbios psíquicos menores (DPM) indicou prevalência de DPM entre professores do grupo de “alta demanda” (maior que o grupo de “baixa demanda”), mostrando que a melhoria das condições de saúde do professor requer análise das exigências do trabalho, pois elas contribuem para potencializar agravos à sua saúde mental.

A situação de saúde do professor, apontada pela investigação científica, vem apresentando motivos suficientes para o questionamento do papel desempenhado pelas políticas governamentais no ensino público e privado, especialmente aquelas que regulam o cumprimento de cronogramas, exigências por índices de aprovação de alunos, planejamentos centralizados e avaliações de desempenho docente, sem que se tenha, como suporte, o investimento em infra-estrutura nas escolas e qualidade de vida do educador.

METODOLOGIA

A sistematização dos resultados de estudos sobre a relação entre a organização e condições de trabalho do professor e agravos à saúde mental do docente, procedimento-eixo deste estudo, envolveu a revisão de artigos de periódicos científicos, livros, revistas especializadas, dissertações de mestrado e tese de doutorado. Das bases de dados LILACS e SCIELO, utilizaram-se como palavras-chave: professor, docente, trabalho docente, processo de trabalho docente, saúde mental, saúde do professor, saúde mental do professor, *burnout* e possíveis combinações.

Optou-se, também, pela exclusão dos estudos que abordavam apenas um agravo à saúde do professor sem relacioná-lo à organização do trabalho ou às condições de trabalho docente.

Na análise dos estudos revisados, procedeu-se às seguintes etapas de organização do material: caracterização da população estudada; delimitação dos objetos de estudo; observação das condições e organização de trabalho; avaliação da situação de saúde da população estudada; relação entre as condições e organização de trabalho e efeitos sobre a saúde. Foram, então, construídas linhas temáticas para a apresentação dos resultados – destacando-se a relevância e abrangência dos aspectos abordados em cada estudo revisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre organização e condições de trabalho e a saúde mental do professor é tema recente no campo de estudos da Saúde do Trabalhador, sendo maior ainda sua carência no campo da Educação. Por outro lado, os estudos que relacionam condições e organização do trabalho à saúde docente oferecem possibilidades de analisar o impacto das exigências do ambiente laboral na saúde mental dos professores.

Todos os estudos revisados apontam que determinadas características das condições e organização do trabalho influenciam ou potencializam agravos à saúde do professor. Os aspectos da organização do trabalho que mais se relacionam às condições e organização escolar, e que mais frequentemente aparecem relacionados a queixas de agravos à saúde mental, foram: problemas políticos institucionais, trabalho repetitivo, pressão da direção, falta de autonomia, ritmo acelerado de trabalho, gestão tradicional (diretores indicados), falta de apoio da instituição, fiscalização contínua do desempenho e pausas insuficientes.

Dentre os principais agravos à saúde mental do professor que se mostraram relacionados a aspectos da organização do trabalho, destacaram-se: estresse, cansaço mental, nervosismo, angústia, frustração, ansiedade, depressão, sintomas da síndrome de *burnout* e Distúrbios Psíquicos Menores-DPM. A importância do contexto atual, de redefinição do trabalho, nas novas exigências para o trabalho docente, foi um aspecto importante referido por alguns autores (WERNICK, 2000; NORONHA, 2001). Em estudos com professores de ensino médio e fundamental (ARAÚJO *et al*, 1999; NORONHA, 2001), pode-se constatar pressões para o cumprimento de cronogramas e índices de aprovação, centralização do planejamento, ritmo acelerado de trabalho, competição entre professores e desempenho de atividades sem materiais e equipamentos adequados, processos esses que devem ser compreendidos dentro de um contexto de reformas educacionais e de políticas econômicas mais amplas.

Outro aspecto observado, na revisão bibliográfica, foi a presença de estudos da síndrome de *burnout* na categoria dos professores. A importância desses estudos reside na complexidade de sintomas e de causas que esta síndrome pode revelar sobre o trabalho docente, uma vez que indica a influência de aspectos como a organização e condições de trabalho, assim como das especificidades do processo de trabalho docente como desencadeador de agravos à saúde mental em educadores e educadoras.

Na análise do material revisado, constatou-se a predominância de estudos quantitativos. Apenas um estudo (NORONHA, 2001) utilizou a análise qualitativa, o que mostra a necessidade de

ampliação desses estudos, geralmente escassos no campo da saúde, uma vez que podem mostrar aspectos relevantes das relações informais entre chefias e professores.

Outro aspecto a se destacar é o de que os diversos níveis educacionais foram abordados na população dos diferentes estudos revisados, o que contribui para a apreciação das pressões a que diferentes grupos de professores estão expostos. Foram constatados, também, poucos estudos de demanda dos serviços de saúde especializados em saúde do trabalhador com a categoria dos professores, demonstrando que queixas de agravos à saúde podem estar sendo omitidas.

A conclusão desta abordagem preliminar é que os estudos revisados identificam com consistência a influência dos aspectos da organização do trabalho e de condições inadequadas de trabalho na ocorrência de distúrbios psíquicos em professores. Assim, torna-se imprescindível que os achados dos estudos sobre a saúde mental do professor possam estimular o desenvolvimento de estudos futuros e sensibilizar os órgãos governamentais competentes para a criação de estratégias e políticas de proteção à saúde do educador. É fundamental, também, a discussão desses conhecimentos nos setores da Saúde e Educação, com a integração de pesquisadores e profissionais dos dois campos – com o objetivo de buscar alternativas, em conjunto, para a superação das condições precárias de trabalho que caracterizam o contexto contemporâneo do setor educacional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. M.(Org) **Condições de Trabalho e Saúde dos Professores da Rede Particular de Ensino**. Salvador: SIMPRO-BA/CONTEE, 1998.

_____. Saúde Mental e Trabalho. In: ARAÚJO, T. M. Distúrbios Psíquicos Menores entre Mulheres Trabalhadoras. Doutorado em Saúde Coletiva. Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999. (Tese de Doutorado). p. 8-32.

CARVALHO, M. M. B. O professor: um profissional, sua saúde e a educação em saúde na escola. Faculdade de Saúde Pública/Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. (Tese de Doutorado)

CODO, W. **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes , 1999.

COELHO, I. M. A Questão Política do Trabalho Pedagógico. In: BRANDÃO, C. R. **O Educador: Vida e Morte**. Rio de Janeiro: Graal, 1998. p.31-49

CUNHA, W. T. O Corpo Docente do Ensino Superior e as Doenças Ocupacionais. Mestrado em Educação. Universidade São Francisco, Bragança Paulista, 2000. (Dissertação de Mestrado).

FIALHO, N. H. Entraves na aprendizagem: a perspectiva do sujeito–aluno segundo a teoria rogeriana e a teoria dos grupos operativos. Revista FESPI, Ilhéus/Ba, ano I, n. 1, p. 81-95, 1983.

_____. Estudante sabe cada coisa! Revista FESPI, Ilhéus/Ba, ano II, n. 3, p. 43-50, 1984.

_____. Algumas implicações epistemológicas sobre o objeto da pesquisa em educação. Revista FESPI, Ilhéus/Ba: ano IV, n. 8, p. 113-121, 1986.

_____. Paidagogein: ajuste de contas com a epistemologia. Mestrado em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia, 1998. 202p. (Dissertação de Mestrado).

_____. Fracasso escolar e formação do educador. Revista da FAEEBA, Salvador/Ba: ano 5, n. 5, p. 47-59, 1996.

GENTILI, P. Neoliberalismo e Educação: manual do usuário. p. 9-49. In: GENTILI, P.; SILVA, T. T. (Org.). **Escola S.A.** Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: Vozes/CNTE, 1996.

KRUPPA, S. M. O Banco Mundial e as Políticas Públicas de Educação nos anos 90. **Anais** da 24ª Reunião Anual da Anped. Caxambu, v. 1, p.1-11, 2001.

NORONHA, M. M. B. Condições do exercício profissional da professora e os seus possíveis efeitos sobre a saúde: estudo de casos das professoras do ensino fundamental em uma escola pública de Montes Claros, Minas Gerais: Faculdade de Medicina de Minas Gerais. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001. (Dissertação de Mestrado).

SOARES Jr, J. M., et alli. A saúde do professor do sexo feminino do ensino primário. *Revista Brasileira de Medicina*, v. 51, n 7, p. 891-898, 1994.

SORATTO, L., OLIVIER-HECKLER, C. Trabalho: Atividade humana por excelência. In: CODO, W.(Coord.) **Educação: carinho e trabalho: *burnout***, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da Educação. Petrópolis: Vozes, 1999. Cap 5, pp.111-121.

WERNICK, R. Condições de Saúde e Trabalho dos Docentes da Universidade Federal da Bahia Salvador – BA. Mestrado em Saúde Comunitária. Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000. (Dissertação de Mestrado).